



ANEXO

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2008 A ABRIL/2009

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.135.520	601	1.136.121
Pessoal Ativo	917.968	208	918.176
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	36.126		36.126
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)			
Demais Despesas com Pessoal Ativo	881.842	208	882.050
Pessoal Inativo e Pensionistas	217.552	393	217.945
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	296.018		296.018
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Decorrentes de Decisão Judicial			
Despesas de Exercícios Anteriores	87.648		87.648
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	208.202		208.202
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	839.670	601	840.271
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			420.877.832
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APU-RAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100	0,199465%	0,000143%	0,199647%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,275000%		1.157.414
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,261250%		1.099.543

FONTE: SIAFI, Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, aprovado pela Portaria STN nº 577, de 15.10.2008, e Portaria STN nº 276, de 19.05.2009, que divulga a RCL, disponível no site da STN.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) As Despesas de Exercícios Anteriores não computadas devem ser de competência anterior ao período de apuração do RGF. Desta forma, visando garantir a exatidão dos dados, foi considerada apenas a execução, no elemento de despesa 92, relativa ao período de maio a dezembro de 2008.

3) As despesas não computadas, relativas a inativos e pensionistas com recursos vinculados, correspondem à execução nas fontes 156/169.

Des. NÍVIO GERALDO GONÇALVES
Presidente do Tribunal

IVANA H. UEDA RESENDE
Secretária-Geral

CID MOREIRA
Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros

RAQUEL SOARES BUGARIN ARAÚJO
Secretária de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
3ª REGIÃO

PORTARIA Nº 20, DE 25 DE MAIO DE 2009

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça do Trabalho da Terceira Região, do 1º quadrimestre de 2009, em anexo, nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 e do § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Des. PAULO ROBERTO SIFUENTES COSTA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2008 A ABRIL/2009

RGF - ANEXO I (LRF, art.55, inciso I, alínea "a" - R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em restos a pagar não processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	931.016	2.093	933.109
Pessoal Ativo	677.334	2.092	679.426
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	3.175	0	3.175
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	12.252	2.074	14.326
Demais Despesas com Pessoal Ativo	661.907	18	661.926
Pessoal Inativo e Pensionistas	253.682	1	253.683
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	283.933	2.074	286.007
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	15.427	2.074	17.500
Despesas de Exercícios Anteriores	26.016	0	26.016

Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	242.490	0	242.490
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	647.083	19	647.102
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			420.877.832
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APU-RAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III/IV) x 100	0,153746%	0,000005%	0,153751%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)			1.408.586
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)			1.338.156

FONTE: SIAFI 2008/2009

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) No item "Sentenças Judiciais com Precatórios (do Próprio Órgão e de Outros da Adm. Direta)", o valor de R\$7.617 (em milhares de reais) refere-se a Precatórios e R\$6.709(em milhares de reais) refere-se a Sentenças de Pequeno Valor (SPV).

3) Este Regional executou, em milhares de reais, R\$1.154 referente a Precatórios da Administração Indireta - Autarquias e Fundações, que recebeu através de destaque no orçamento e que, neste relatório, não estão incluídos na despesa com pessoal.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art.54, III, parágrafo único da LRF)

Des. PAULO ROBERTO SIFUENTES COSTA
Presidente do Tribunal

LINA MARIA PINTO GONÇALVES
Ordenadora de Despesas

HERCE MARTINS PONTES
Diretor da Secretaria de Coordenação Financeira

FERNANDO DE CASTRO CÉSAR
Assessor de Controle Interno

4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 2.451, DE 27 DE MAIO DE 2009

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no exercício da Presidência, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos do § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, torna público o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL constante do anexo desta Portaria

CARLOS ALBERTO ROBINSON

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2008 A ABRIL/2009

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	810.034	106	810.140
Pessoal Ativo	558.514	90	558.604
Sentenças Judiciais sem Precatório (do próprio Órgão)			0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	12.911		12.911
Demais Despesas com Pessoal Ativo	545.603	90	545.693
Pessoal Inativo e Pensionistas	251.520	16	251.536
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	272.080	9	272.089
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0
Decorrentes de Decisão Judicial	12.977		12.977
Despesas de Exercícios Anteriores	9.792		9.792
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	249.311	9	249.320
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	537.954	97	538.051
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			420.877.832
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APU-RAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = [(III/IV) x 100]	0,127817%	0,000023%	0,127840%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,239136%			1.006.470
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,227179%			956.147

FONTE: SIAFI e SOF/SECOF/TRT 4ª Região

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;